

Gastos Militares e a Inserção do Brasil como *Player Global* Dos Anos 2000 a 2015

Faculdades Integradas Rio Branco

Estevão da Cunha Camargo
Filipe da Cunha Camargo
Mylene Lovato Dias
Nayane Romão
Rafael Brito Matos¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a análise dos gastos militares, não apenas brasileiros, mas também da principal conjuntura a qual o país é inserido, tanto no nível regional quanto no global, para que, dessa maneira, seja identificada qual é a posição do Brasil relativa no cenário das relações internacionais e qual a correlação dos gastos militares com a inserção internacional do Brasil. O artigo apresenta um estudo sobre os conceitos de Segurança e Defesa Nacional, focando na proteção e fiscalização das fronteiras, para posteriormente, entender as vertentes geopolíticas do Brasil, além de se analisar os novos tipos de ameaças que vão além das fronteiras delimitadas. Há também uma análise sobre os objetivos dos gastos e como o Brasil pode ascender globalmente sem gerar desconfiança dos países vizinhos. Para que essa pesquisa pudesse ser elaborada, foram consultados artigos relacionados ao tema de Defesa, dados orçamentários, documentos oficiais e notícias de fontes governamentais e militares. O mesmo conclui que o papel de liderança do Brasil é limitado por não possuir os gastos necessários neste processo de liderança global.

Palavras-chave: Geopolítica; Gastos; Ascensão; Potência.

1- A importância dos gastos militares globalmente

1.1- Conceito de Segurança e Defesa Nacional

O entendimento de dois conceitos é necessário para o discorrimento deste artigo: Segurança e Defesa Nacional. De acordo com o Ministério da Defesa (MD)², Segurança tradicionalmente é vista no ângulo da confrontação entre as nações, ou a política de proteção contra ameaças externas. Atualmente, devido a mudanças de interdependência entre os Estados, o conceito de Segurança foi transformado na condição que permite ao Estado preservar sua soberania e integridade territorial, visando a proteção da sociedade para a garantia dos direitos internamente. A Defesa nacional é o conjunto de medidas e ações estatais, de caráter majoritariamente militar, para a defesa territorial contra as ameaças provindas externamente, quanto àquelas que ferem a sua sociedade. Previamente – pós guerra-fria - Segurança era um conceito designado diretamente com a questão da sobrevivência, quando uma questão representa uma ameaça ao objeto referente – tradicionalmente os Estados. (BUZAN et al., 1998. p 21.)

¹ Trabalho realizado pelos alunos das Faculdades Integradas Rio Branco orientado pelo Professor Gunther Rudzit.

² Política Nacional de Defesa. Estratégia Militar de Defesa. Ministério da Defesa. 2012

O conceito de Segurança Nacional varia entre os autores e possui algumas diretrizes bibliográficas divergentes, como expresso por Ayoob nas suas análises sobre o então terceiro mundo (durante a guerra fria) nos aspectos principalmente de Defesa, ou por Buzan e Ole Wæver concentrando-se mais na era pós guerra-fria. A caracterização e contextualização das interpretações são basicamente expressas entre as tradicionais e a nova, respectivamente a estreita e a abrangente³. O antagonismo presente se deve principalmente ao contexto histórico. Primeiramente o foco das argumentações datadas sob o contexto da guerra fria e mais tarde – com a prioridade de agenda não mais voltada à guerra, mas sim à identidade nacional – com o caráter mais estatal e social.

A historicidade determina diretamente o ponto de análise de um autor e, consecutivamente o seu foco de abordagem com a identificação ou rotulação do que seja inimigo ou o que fere a Segurança Nacional de um país. Assim, como afirmam Rudzit e Nogami (2010, 7), a denominação do inimigo, ou o que seja o inimigo, é partilhado mutuamente entre as duas visões teóricas – portanto o Estado. A Segurança abrange alguns pontos e são subdivididos em estudos estratégicos e de paz (Buzan & Hering, 1998, 2). Diferentemente do foco aqui abordado, o qual explicita o uso militar como delineador da construção política entre os atores.

1.2- Relação Brasil – América do Sul – CSNU

O poder militar é um fator de extrema relevância como forma de relacionamento entre os países e posteriormente sobre as consequências geradas por este vínculo. A estabilização da integração entre os países sul-americanos possibilitou principalmente uma relação harmoniosa que abrange questões desde saúde até militar, vinculada principalmente pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A respeito da questão militar, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)⁴ é promovido pelos integrantes da UNASUL para a cooperação em termos de Segurança na América do sul bem como o reforço pela estabilidade lograda ao longo das diplomacias. Conceito realizado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Itamaraty – abrange:

O CDS tem o objetivo de consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e o desenvolvimento econômico-social; bem como construir uma identidade de defesa sul-americana, gerando consensos que contribuam para fortalecer a cooperação no continente. Por meio do CDS, os países membros analisam conjuntamente questões políticas e estratégicas, promovendo um amplo debate sobre as realidades global e hemisférica, a partir da ótica sul-americana.

Confrontando a ideia de Segurança com a de integração, percebe-se que, com a criação principalmente do CDS e dos vários outros órgãos multilaterais⁵, que há a alteração de

³ Análise fundamentada no texto: Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. *National Security and Defense: basic concepts for an analysis*. Gunther Rudzit & Otto Nogami

⁴ Órgão instituído em 2008 por países integrantes da UNASUL. O Brasil ainda participa de outros fóruns de defesa, os quais são; a Junta Interamericana de Defesa; encontros de Chefes de Estados-Maiores e de Comandantes de Forças Armadas; a Conferência de Ministros de Defesa das Américas; a Conferência dos Exércitos Americanos; a Conferência Naval Interamericana; a Comissão de Segurança Hemisférica e o Sistema de Cooperação entre Forças Aéreas Americanas. Os fóruns abordados fazem parte da integração do Brasil na questão da influência e debates militares pela América do Sul. Estes terão participação importante na elaboração de uma análise mais específica sobre integração regional militar brasileira.

⁵ União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), Denominação constituinte dos países em desenvolvimento composto por: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul respectivamente (BRICS), Organização dos Estados Americanos – Junta

perspectiva de inimigo para parceiro. Não há de alguma forma a priorização da agenda brasileira voltada para o conflito militar ou da preocupação com Segurança e Defesa Nacional por ataques militares providos de países vizinhos como visto em alguns países do Oriente Médio com a problemática do Estado Islâmico recentemente⁶. Fundamentando nessa estrutura, de um modo geral as instituições multilaterais – ou órgãos – sul-americanas caracterizam a superação da desconfiança, e este fator é benéfico para trocas comerciais, resolução de temáticas políticas, acordos econômicos e, etc.

No contexto sistêmico internacional há o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) composto por 15 membros, o que representa 7,7% de todos os países que atualmente são reconhecidos pela ONU. O CSNU é descrito pela ONU como órgão que tem como sua principal responsabilidade a manutenção da paz e segurança mundial, com a análise e recomendação de medidas que mantêm o *status quo*. “*Council can resort to imposing sanctions or even authorize the use of force to maintain or restore international peace and security*”.⁷ Atualmente o Brasil, juntamente aos integrantes do G-4⁸, propuseram uma mudança no modelo de decisões da ONU, no qual os quinze membros principais participam das decisões e apenas cinco têm poder de veto – denominados aqueles com as cadeiras permanentes –. O projeto de reforma (A/59/L.64) reivindica a expansão de quinze para vinte e cinco membros e mais seis expansões das cadeiras permanentes. Ou seja, percebe-se a tentativa de influência de poder em uma organização intergovernamental por parte dos reformistas, e, portanto, os atores necessitam de aspectos que promovam melhor facilidade de indução às exigências. O foco será baseado no aspecto militar para a promoção não só desse, mas de outros objetivos.

1.3- Comparação dos gastos brasileiros nos blocos internacionais

O conceito de gastos militares não é o mesmo que gasto em armamento, conforme apontado pelo *Stockholm International Peace Research Institute* SIPRI. Despesa militar é o gasto em geral, ou seja, pagamento de funcionários e seus benefícios e das tropas de segurança civil; operações e manutenção de armamentos militares e não militares; construções de base; além de pesquisas e desenvolvimento. O gasto em armamento; equipamento bélico – armas físicas - sistema de armamento, plataformas militares, além da pesquisa e desenvolvimento específicos para os equipamentos é incorporado nos gastos militares e não ultrapassa mais do que um terço do gasto total⁹.

Com foco maior na área militar, a discussão sobre os gastos militares é mudada historicamente conforme a situação política de cada época, por exemplo, os gastos militares da guerra fria dos EUA e URSS eram utilizados como forma de pressão ideológica, bem como para exercer uma função de poder sobre os demais. Os gastos atualmente identificam outras perspectivas, pelo menos na América do Sul e de modo geral com a maioria dos países, como ao combate de outros inimigos que ferem a Segurança Nacional. O contexto é melhor

interamericana de Defesa (OEA[JID]), Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

⁶ A problemática diz respeito a invasão do EI na maioria do território Sírio e parte do Iraque. O combate dessas forças culminou com a presença de outros atores para solução da problemática. Neste contexto percebemos o quão importante o investimento militar torna-se, diante da ameaça que a organização terrorista demonstra. Forças bélicas tanto Norte-Americana quanto russas foram mobilizadas àquela região para eventuais bombardeios dos terroristas.

⁷ Referência de acordo com sua página oficial: <http://www.un.org/en/sc/>

⁸ Alemanha, Índia e Japão

⁹ Mais informações técnicas disponíveis em:

http://www.sipri.org/research/armaments/milex/copy_of_faqs#back-to-top

percebido com a fala de Robert Shaw¹⁰ em entrevista para a *International Relations and Security Network (ISN)* em setembro de 2013 sobre a política chilena de investimento militar:

Chile's armed forces have traditionally equipped themselves for conventional conflicts along its borders. That's 'old think', says Robert Shaw. Drug trafficking and organized crime now present a far greater challenge to Chilean security than its territory-disputing neighbors.

De acordo com a fala do jornalista, o Chile agora se preocupa com assuntos sobre os quais já foram reportados, o que explicita a mudança de prioridade da agenda do governo Chileno. Dados do (SIPRI) demonstrou que, de 2012 a 2013 houve um aumento de 61% dos gastos militares na América Latina, com o Paraguai liderando a porcentagem com 33%, seguido por Honduras, Nicarágua e Colômbia. Colômbia e Paraguai justificam maior militarização por conta justamente de conflitos com grupos internos armados, as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia, e o Exército Popular do Povo (EPP) no Paraguai.

Ao total, a América Latina foi a região em que os gastos militares cresceram mais depressa, em 5.8%, com um total de US\$63.3 bilhões em 2015, comparado com 1.3% em 2010. Porém foi a região que menos cresceu no âmbito militar nos anos entre 2013 e 2015 globalmente. Os US\$ 63 bilhões representam similarmente o gasto individual da França, o que representa apenas 4% do total gasto mundial.

Especificamente tratando sobre o Brasil, este foi o país que mais contribuiu com a porcentagem citada, com 9.3% em 2011. Em um cenário mais abrangente, entre os anos de 2001 e 2010 a taxa de crescimento foi de 30%.¹¹ De acordo com a afirmação de Carina Solmirano¹² do SIPRI, o crescimento nos gastos militares é devido à elevação da economia e sua participação política na América, do Sul e Latina, e também globalmente. O crescimento é baseado pela modernização dos programas militares. Não obstante, o investimento militar brasileiro corresponde ao desejo de criação de uma potência regional militar como uma característica de elevação de *status*, o qual é correspondido pela falta de ameaças militares dos rivais territoriais, Carina completa. Segundos dados mais recentes do SIPRI, o gasto no ano de 2015 com militares foi de aproximadamente US\$ 31 bilhões, garantindo sua supremacia em relação aos outros países da América do Sul. Acrescentando, em pesquisa para o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), o estudo ainda demonstra que de 50% à 70% do gasto total da América Latina é voltado para a manutenção dos empregados e para o pagamento de seus salários. A Argentina aumentou em 2010, 6,6% os investimentos no setor militar, porém o aumento foi em detrimento deste aspecto abordado – a manutenção dos empregados - caracterizando a distribuição de verbas para uma máquina militar um pouco ultrapassada em questão de modernização do equipamento bélico.

Em uma análise mais relativa entre o gasto e a porcentagem do PIB, uma média foi traçada desde 2000 até 2015 e com isso obtiveram-se os seguintes dados: Argentina (1,018%), Bolívia (1,875%), Brasil (1,575%), Chile (2,318%), Colômbia (3,381%), Equador (2,468%), Guiana (1,912%), Paraguai (1,193%), Peru (1,412%), Uruguai (2.5%) e Venezuela (1,237%). Nota-se que por mais que o Brasil detenha grande parte da renda do PIB em valores brutos

¹⁰ Robert Shaw é um investigador jornalístico irlandês trabalhando já por quinze anos nas problemáticas sobre conflitos, financeiras e de inteligência na América Central, no Caribe e América do Sul. Reportou: desastres naturais do Haiti, combate das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e ameaças do crime organizado em Honduras. Trabalhou na ONG International Media Support (IMS) dando apoio aos jornalistas da América Latina, Ásia, Oriente Médio e África administrando treinos de segurança e negociação com as forças estatais e militares. Mais informações disponíveis em: <https://www.linkedin.com/in/robdshaw>

¹¹ Todas as porcentagens utilizadas na contextualização dos países de gastos militares e da América Latina foram providas pelo SIPRI.

¹² Expert em *Citizen Security* do *Stockholm International Peace Research Institute- SIPRI*

investidos, principalmente a Colômbia, Equador e Uruguai representam maior parte relativa dos gastos militares.

Por fim, os gastos militares são voltados às despesas pela manutenção tanto do poderio militar, quanto para o pagamento de salários dos empregados. Quando não somente, o investimento é voltado à modernização bélica e estrutural, além do custo operacional de cada setor.¹³ Além da questão individual de cada país em combate às forças armadas em seu território, ou maior preocupação de um inimigo exterior.

1.4 - O Contexto BRICS

Durante a Guerra Fria o Mundo vivenciou um sistema bipolar representado pelas duas potências militares da época: Estados Unidos e União Soviética. Ao final deste período ascende uma nova realidade organizacional (multipolar). Com isto, havia uma ideia de transição de poder no pós-guerra fria e a ascensão das potências emergentes.

A criação dos BRICS teve caráter econômico, sendo baseada nas economias que apresentavam maior índice de desenvolvimento para as décadas futuras (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – esta última incorporada mais tarde). Primeiramente o termo foi proposto por um economista para referir-se a esses países emergentes que partilhavam de características comuns (dimensões territoriais, populacionais, as médias históricas de crescimento do PIB e as questões econômicas), sendo mais tarde criado como um grupo político.

Não se imaginava a mudança geopolítica e econômica no cenário internacional que com a ascensão dos países que compõe o BRICS. O Brasil vivenciava fortemente a estagnação econômica que levou os anos de 1980 a serem conhecidos como "a década perdida"; a Rússia ainda vivia sob um regime comunista; a Índia “engatinhava” em sua busca pelo comércio externo; e a China iniciava reformas para abrir seu imenso mercado consumidor às empresas capitalistas. (COSTA, 2010).

De fato, os países dos BRICS detinham 26% do território, 42% da população e 14,5% do PIB mundiais, além de terem contribuído, de 2005 a 2010, com mais de 50% do aumento do PIB mundial. (IPEA apud MARTINS, 2010). O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Europeia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICS respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25%. (IPEA, 2014).

Embora a dimensão econômica tenha sido a mais importante no momento de criação desse grupo, a dimensão política passou a desempenhar um papel fundamental na tentativa de coordenação de posições em temas das relações internacionais. Percebe-se uma tendência de ampliação temática da agenda, como fica claro nas recentes e seguidas declarações proferidas em nome dos BRICS sobre assuntos como a reforma do Conselho de Segurança, o terrorismo e a “primavera árabe”. (HERZ; LAGE, 2011)

Partindo deste contexto, da ambição do grupo e dos dados que eles representam no âmbito global, pode-se entender que o objetivo desses países em conjunto ou de forma individual é de fazer parte ou até estabelecer uma nova ordem internacional, sendo mais participativos principalmente na área de Segurança, como por exemplo, disponibilizando tropas para as operações de paz da ONU para que assim tenham maior influência no CSNU.

¹³ Comentário afirmado por Samuel Perlo-Freeman, chefe do projeto de *Military Expenditure* do SIPRI.

Em 2016, com dados atualizados até 30 de abril, a Índia contribuía para o esforço das operações de paz com 7.696 capacetes azuis; o Brasil, com 1.303; a África do Sul, com 1.589; a China, com 3.042; e a Rússia, com 91¹⁴. A participação brasileira se concentra, basicamente, no Haiti, naquela que é a única operação de paz nas Américas, embora o país contribua, ainda, com pequenos contingentes para cinco missões na África, uma no Timor Leste, uma no Oriente Médio (Líbano) e uma na Europa (Chipre). A Índia participa de doze operações de paz. A participação sul-africana se concentra em operações na África. A China distribui a sua contribuição por onze operações. Rússia, bem diferente dos outros países do grupo, participa de dez operações de paz. Principalmente os governos de Brasil, Índia e China têm expressado que entendem o fenômeno das operações da paz como um esforço de ajuda para a estabilização de uma situação de conflito e para a facilitação do retorno à paz e à segurança. (HERZ; LAGE, 2011).

Os gastos militares dos BRICS, em seu total, somariam algo equivalente a 360.5 bilhões de dólares, com dados atualizados de 2015. Considerando que a Índia gasta 51.2 bilhões de dólares, o equivalente a 2,3% de seu PIB de 8 trilhões de dólares. O Brasil, 24.5 bilhões de dólares, sendo 1,4% do PIB de 3.1 trilhões de dólares. África do Sul, 3.4 bilhões de dólares, calculado como 1,1% do PIB de 724 bilhões de dólares. China, 214.7 bilhões de dólares, equivalente a 1,9% do PIB de 19.5 trilhões de dólares. E Rússia, 66.4 bilhões de dólares, equivalente a 5,4% do PIB de 3.4 trilhões de dólares¹⁵ (IPEA, 2015; SIPRI, 2015).

Cada vez que esses países se desenvolvem surge uma necessidade maior de se inserirem internacionalmente, para que possam sempre aspirar uma posição melhor no meio internacional. O BRICS apresenta divergências que ficam mais visíveis quando comparados os indicadores econômicos e militares de cada membro. Um exemplo dessa diferença é China, que não é uma democracia liberal e a Rússia que ainda tem instituições democráticas pouco enraizadas, além do fato de que a desigualdade social de cada país, é um ponto a ser analisado, possuindo cada um, características diferentes. Porém, o grupo, em sua similaridade, quer se inserir internacionalmente e ultimamente tem participado bastante em debates políticos e econômicos internacionais, sempre incorporando o discurso de multipolarização do sistema internacional (VISENTINI, 2013).

2 - Contexto geopolítico brasileiro

2.1 – Origem da geopolítica brasileira

Para que se possa entender a geopolítica brasileira, primeiramente é importante entender as origens da geopolítica no Brasil. Essa denominação foi pela primeira vez utilizada por Kjellén, um cientista político natural da Suécia e professor da Universidade de Gotemburgo. Foi muito influenciado pelas obras do alemão Friedrich Ratzel, que foi o primeiro a desenvolver um método analítico geográfico, o qual caracterizou os Estados como organismos vivos que nascem, crescem e morrem, partindo das ideias do Darwinismo Social, aplicando-as aos Estados, nos quais as fronteiras são apenas uma delimitação momentânea nesse processo (BONFIM, 2005).

Não seria o Estado somente um organismo, mas sim uma relação espiritual entre a terra e a população; A expansão das fronteiras seria o reflexo da saúde da nação. Concepção que não era baseada na política ou na economia, mas sim no nacionalismo, então naturalmente as pessoas seriam atraídas para este espaço, levando à expansão das fronteiras.

¹⁴ Dados sobre as operações de paz foram retirados do site da ONU: disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em 18 de Mai. 2016.

¹⁵ São dados estimativos retirados dos sites SIPRI e CIA World Factbook, acessados em 18/05/2016.

O Estado necessita expandir-se para sobreviver, ou seja, é sujeito a leis biológicas inevitáveis, enfatizando o espaço vital (*lebensraum*) como “espaço é poder”¹⁶.

Não se trata de uma justificativa ao expansionismo latente da Alemanha nos períodos das guerras, mais sim de analisar a visão que Ratzel tinha sobre o mundo no século XX, (SANTOS, BOVO 2011).

Justamente por causa das controvérsias entre Kjellén e Ratzel, que nasce a distinção entre Geografia Política e Geopolítica, (MARTINS, 2009). No qual, o primeiro é como o espaço geográfico (clima, relevo, vegetação, etc.), influencia na política, e o segundo, como a política se utiliza dos elementos geográficos (clima, relevo, vegetação, etc.), para os seus objetivos.

A partir das ideias de Kjellén e Ratzel, surgiram seguidores como Mackinder, Haushofer, Mahan, La Blache, Spykman. Todos criadores de teorias geopolíticas. Nesse contexto, é que surgem também teóricos geopolíticos brasileiros influenciados por esses autores. No período dos anos 1960 e 1970¹⁷, o que houve, sobretudo, foram projetos para integrar o país, face ao tamanho de seu território continental, visando articulá-lo de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Atingindo essas metas, o país estaria apto a converter-se em potência regional, quem sabe até na esfera mais ampla das relações internacionais.

Apesar do curto período, no qual, geopolítica começou a ser entendida no Brasil como algo a ser estudado, muitos autores tentaram fazer com que a geopolítica, por bem ou por mal, se tornasse conhecida e se convertesse em um fértil campo de debates. Desses autores que estudaram sobre o tema, houve as presenças de Everardo Backheuser, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Álvaro Teixeira Soares e Therezinha de Castro.

É interessante ressaltar que três desses pesquisadores eram militares (Travassos, Golbery e Meira Mattos), ou seja, grande parte do pensamento geopolítico brasileiro foi pensado no ângulo militar, gerando críticas na América do Sul durante as décadas de 1960 e 1970 sobre como as políticas públicas dos governos militares estavam sendo implementadas, rumo a um projeto geopolítico de projeção, de hegemonia, subimperialismo ou imperialismo regional (MIYAMOTO, 2012).

Partindo de maneira geral, para conceituar a geopolítica brasileira, é importante analisar primeiramente as ideias de Everardo Backheuser, que foi considerado o primeiro teórico de geopolítica no Brasil, criando bases para outros teóricos geopolíticos brasileiros, para depois descrever sobre Travassos, Golbery e Meira Mattos, importantes militares e estudiosos geopolíticos.

Backheuser busca analisar a realidade nacional discutindo questões como a divisão territorial, a localização da capital federal, relação do país com os vizinhos além de outros temas, visando consolidar a unidade territorial mirando no Poder Central, assim como, buscar a hegemonia no âmbito regional e também uma projeção no âmbito global. Ratzel foi o que mais influenciou sua teorização, através das ideias que associavam Estado, território e organismo, considerando a ideia de que o homem vem para o centro das discussões geográficas e ocupa, ao lado do solo e do clima, uma posição de destaque, colocando por exemplo, a educação como pilar principal para o desenvolvimento da nação, ao lado do branqueamento¹⁸ (ANSELMO; BRAY, 2002).

¹⁶ Termo dotado por Mackinder e Haushofer, foi um dos primeiros princípios e leis da Geopolítica, mas não serviu para conceituá-la.

¹⁷ Tema Geopolítica sendo entendido como disciplina apenas a partir da primeira década do século passado até os anos 1970.

¹⁸ As variadas teorias europeias absorvidas no país eram diretamente contrárias à própria possibilidade de uma formação nacional baseada em raças inferiores – como o negro, o índio ou o mestiço – e em um meio tropical, portanto, hostil à civilização, tomando como base nas teorias dos darwinistas sociais, dizendo que as raças

Seguindo a linha dos teóricos, tanto influenciados por Backheuser, quanto por teóricos geopolíticos mais antigos, temos o Marechal Mario Travassos, e os Generais Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos, enquanto o primeiro pensava no âmbito da América do Sul, Golbery e Meira Mattos pensavam o Brasil no âmbito de Potência Mundial.

Travassos foi o primeiro autor a perceber que, devido a realidade geográfica, o governo brasileiro tinha uma séria deficiência na presença, tanto no seu território, quanto na América do Sul. Travassos tenta sintetizar os objetivos estratégicos do Brasil. Esses objetivos podem ser descritos de maneira objetiva como a contenção da projeção argentina para o interior do continente e a projeção da influência brasileira até a América Andina por meio da implantação de um plano de infraestrutura que ligasse os portos brasileiros aos portos peruanos e chilenos, fazendo assim, aumentar a influência brasileira no território, e diminuir a presença argentina na região.

Em outras palavras, Travassos considerava necessário, para que tal objetivo fosse alcançado, a firme articulação do triângulo Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre, considerado a teoria de Halford Mackinder, o *heartland* sul-americano. Para ele, existiam dois grandes antagonismos no continente: de um lado Atlântico *versus* Pacífico e, de outro, Prata *versus* Amazonas, tendo como foco a preocupação com a influência argentina na região, principalmente no coração do continente sul-americano, que hoje identificamos a Bolívia (MIYAMOTO, 2012), que neste contexto, se apresenta como um caso especial, uma vez que grande parte da prata que impulsionou a acumulação primitiva de capital das economias europeias fora extraída desse que hoje é um dos países mais pobres do mundo (RODRIGUES, 2013).

O General Golbery do Couto e Silva, destaca-se por sua visão geopolítica que contribuiu com a propostas objetivas do governo de Juscelino Kubitschek e na primeira fase dos governos militares. Foi o mentor da criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), para a prevenção, do que até então, eram as maiores ameaças para o Brasil, os comunistas. Pode se dizer que a geopolítica brasileira tomou outra dimensão a partir da Guerra Fria, Golbery tem como preocupação principal, a Segurança Nacional, ou seja, já pensando o Brasil em termos dessa disputa ideológica, quando se para de pensar apenas Defesa como área militar, e começa-se a pensar Segurança Nacional como muito além da área militar, mas principalmente, a disputa ideológica, e por isso, faz uma análise em dois planos. O interno que é a sociedade brasileira e o externo na conjuntura em que o Brasil está inserido. No interno via-se um grande vazio no território brasileiro, principalmente ao oeste (Amazônia legal), dessa maneira, tenta criar incentivos fiscais para que essas áreas fossem mais habitadas, tentando integrar todo esse território nacional, incorporando todo esse processo à economia brasileira. No plano externo, via-se os Estados Unidos como essencial para a defesa do continente americano, para se contrapor à outra Grande Potência militar. A União Soviética.

Considerava o Brasil na posição global em termos da Guerra Fria, tendo a influência do determinismo geográfico como essencial a aliança com os Estados Unidos, observando que a América Latina, em virtude de seu posicionamento geográfico ocidental, estaria comprometida com o campo ideológico norte americano, sendo vital a aliança com os americanos na luta contra o comunismo.

Foi que então, o General Carlos de Meira Mattos, anos depois, teoriza sobre a geopolítica brasileira como Amazônia e Brasil Potência. Foi o único teórico geopolítico brasileiro, no qual suas obras continuaram até o século XXI, e justamente por isso, se dedicou a atualizar muitos dos pensamentos de seus antecessores, principalmente Travassos e

Golbery. Suas obras são mantidas como objeto de estudos até hoje pelas principais escolas militares do Exército e na Escola Superior de Guerra (ESG) (GABRIEL, 2012).

Entendendo a Amazônia como território Brasileiro, parte delimitada pela fronteira nacional e a Pan-Amazônia, que é a Amazônia regional e que está presente nos outros Estados. Ele percebe a grandiosidade da região e tenta buscar na geopolítica, a importância desta para os interesses geopolíticos brasileiro.

Meira Mattos trabalha com o biônimo de Segurança e Desenvolvimento, no qual Segurança é não ter ameaça comunista, conseqüentemente, trazendo investimento ao país, capacitando o desenvolvimento econômico industrial. Ideia essa que vem desde a década de 1930 que desenvolvimento é igual a industrialização.

Sendo influenciado por seus antecessores, Meira Mattos se distingue em alguns pontos, ele busca estabelecer conceitos básicos como poder, potência mundial e o papel do Estado como coordenador de esforços para alcançar o desenvolvimento. Através disso, busca situar o Brasil no *ranking* de potências no cenário internacional através de uma fórmula que foi tomada emprestada por Ray Cline¹⁹, acrescentando o indicador “P”, como o poder brasileiro. Com base em espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna. Apresentando todas as variáveis em grande escala, o país poderia ser considerado, então, uma grande potência (GABRIEL, 2012 apud MATTOS, 1958; MIYAMOTO, 2012).

2.2 – Geopolítica brasileira, participação na UNASUL e BRICS.

De acordo com os princípios do Tratado Constitutivo da UNASUL²⁰, é estabelecido a mobilização e compartilhamento de informações e experiências em assuntos de Defesa, os quais atualmente ocorrem o intercâmbio de militares visando a integração regional do Brasil com os demais países Sul-Americanos²¹. Nesse contexto, os militares das forças armadas (marinha, exército e força aérea) dos países sul americanos compartilham formação e especialização. A relevância dessa atividade reflete-se como segurança regional Sul-Americana, pois, devido a interação militar dos países é criada uma relação de confiabilidade, confirmando que os países da América do Sul não representam ameaça mútua.

A respeito dos BRICS neste contexto, a agenda do bloco passou a assumir preocupação com a reformulação da governança mundial, visto que estes países estavam emergindo no cenário internacional e ganhando espaço como atores internacionais. A partir desta percepção, a organização geopolítica e militar desses países passou a influenciar e refletir na dimensão do bloco. O Brasil deve manter-se no nível militar desses países de modo coerente ao contexto brasileiro que se assemelha ao da África do Sul. Tanto a China, quanto a Índia e a Rússia, apresentam conflitos profundos que marcam a necessidade de uma militarização contínua das suas respectivas Forças Armadas.

Na China há um interesse de mudança na ordem global (Ocidental – Oriental), a qual haveria a ordem asiática que não permitiria interferências externas, ao mesmo tempo que há conflitos internos como movimentos independentes na região do Turquestão e Tibete. Na Rússia, há a busca pela modernização dos aparelhos militares que sofreram com a economia decadente. Como uma das principais potências militares do cenário internacional, a Rússia visa a manutenção do seu *hard power*²² para não deixar de ser um dos principais atores. Os problemas de segurança interna enfrentados pela Índia correspondem as guerrilhas maoístas, os conflitos na Caxemira e terrorismo. Há uma dispersão do uso das forças armadas que são

¹⁹ Um teórico da corrente realista do estudo das relações internacionais que buscou avaliar de forma quantitativa o poder de cada país no sistema internacional. (ROCHMAN, 1999).

²⁰ Tratado constitutivo da UNASUL, 2008, Artigo 3.

²¹ Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina

²² Modelo proposto por Joseph Nye, corresponde a capacidade militar de um Estado.

resignadas para cuidar desses conflitos, ao mesmo tempo que há um aumento na percepção da possibilidade de envolvimento em conflitos externos. Esse uso de recursos militares gera um desgaste no poder das forças armadas do país, acentuando a necessidade de constante investimento na área militar, (BERTONHA, 2013).

A realidade da África do Sul assemelha-se à realidade brasileira, assim como o Brasil é reconhecido como líder regional da América do Sul, a África do Sul é reconhecida como líder regional do sul da África. Os dois países se utilizam da diplomacia e política externa para serem notados no cenário internacional, visto que ambos não possuem expressiva mobilidade militar internacionalmente. Dentro do BRICS, são os países com menores gastos militares e isso se justifica pela menor quantidade de conflitos interestatais envolvidos.

2.3 – Ameaças ao Brasil.

Em meio a um cenário internacional em constante transformações, um Estado forte deve estar preparado para o surgimento frequente de novas ameaças. Os conflitos conhecidos anteriormente eram interestatais e com o processo de globalização houve uma desterritorialização²³ da segurança e dos conflitos. Atualmente as ameaças principais brasileiras são: terrorismo, narcotráfico, defesa da área correspondente à Amazônia Legal e Amazônia Azul.

A partir da década de 1970, os ataques terroristas passaram a ter maior conhecimento global e maior intensidade devido a utilização da tecnologia para disseminação do terror. A utilização de aviões nessas ações ganhou destaque a partir de 2001 com um sequestro simultâneo de cinco aeronaves por parte de um grupo palestino, tornando o espaço aéreo um outro ambiente de atuação para grupos terroristas. As preocupações brasileiras nessa temática se agravam devido do fato de o país sediar alguns dos maiores eventos internacionais (são exemplos: Olimpíadas 2016, Copa do Mundo 2014, Jogos Mundiais Militares 2011, Jogos Pan-americanos 2007). Nesse contexto é necessário que o Brasil esteja preparado para garantir a segurança da população e combater o terrorismo que questiona a capacidade de soberania de qualquer Estado.

O narcotráfico é exposto como ameaça ao Brasil por indicar uma fragilidade de fiscalização nas fronteiras, abrindo questionamento sobre a Segurança que o país fornece a medida que não consegue controlar a entrada de produtos ilícitos. Aparentemente esse problema poderia ser resolvido com uma intensificação da fiscalização, uma abordagem mais rígida pelas autoridades competentes, porém há um dilema neste caso que é a relação brasileira com os demais países Sul-Americanos. Ao dificultar o ingresso de imigrantes pelas fronteiras secas, cria-se um distanciamento dos outros países da América do Sul e conseqüentemente uma desconfiança sobre as intenções brasileiras. Como líder regional, as ações tomadas pelo Brasil afetam diretamente os demais países da região, sendo este o motivo pelo qual as ações de segurança e defesa brasileira devem ser precisamente pensadas e executadas.

Na área correspondente às Amazônia Azul e Amazônia Legal encontram-se grandes fontes de recursos brasileiros, capazes de modificar a economia nacional. Através da defesa destas áreas é demonstrada a vulnerabilidade do Estado, sendo necessária então uma intensa atenção nessas áreas. A área da Amazônia Azul corresponde a 4,5 milhões de km², enquanto a Amazônia legal corresponde a aproximadamente 5.217.423 km².

2.4 – Estratégia de Defesa brasileira

²³ Os conflitos eram pautados em disputas territoriais e se limitavam a fronteira dos Estados envolvidos. No novo cenário as fronteiras não representam limites para esses conflitos (terrorismo, narcotráfico, ataques cibernéticos, armas termonucleares).

O planejamento da Defesa Nacional está presente no documento da Política Nacional de Defesa no qual evidencia a necessidade de combater as ameaças a soberania brasileira. A Estratégia Nacional de Defesa (END) se preocupa com a execução do conceito de política de independência nacional e a participação das Forças Armadas nesse processo. Na END é exposta a preocupação da interação da população brasileira nesse processo, visto que a Defesa Nacional é de responsabilidade da nação brasileira, mas somente executada pelas Forças Armadas.

O conteúdo da END destaca a questão da mobilidade estratégica que é “a aptidão para se chegar rapidamente à região em conflito.”²⁴ Desta forma, ressalta que as capacidades militares devem estar prontas para enfrentar problemas de qualquer natureza externa de modo a proteger a Nação, ou seja, para que as Forças Armadas tenham capacidade de executar a estratégia de Defesa Nacional é necessária a atualização dos recursos por elas utilizados. Neste documento se destaca também a preocupação com a capacitação de uma Base Industrial de Defesa em prol de autonomia nas tecnologias indispensáveis à defesa.

As ameaças brasileiras mostram a necessidade do investimento no setor de Segurança e Defesa, delineando que o posicionamento de um país como potência é através da importância que o mesmo dá a este setor.

3-Aquisição dos Submarinos e dos Caças Gripen

Os recentes reaparelhamentos e modernização das Forças armadas Brasileiras como a criação do Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber)²⁵, a aquisição das novas aeronaves de combate da Aeronáutica e os avanços do Programa de Submarinos da Marinha²⁶ são medidas para que o Brasil adquira domínio tecnológico das capacidades necessárias para dissuadir no mar, em terra e no ar as ameaças e agressões que o país possa vir a sofrer.

Tendo como foco a aquisição dos navios nucleares e a dos caças *Gripen* pelo governo brasileiro como estratégia de defesa do território nacional, nesse capítulo será demonstrada a importância da modernização das forças armadas para manter controle de todo o território nacional e proteção das reservas de petróleo que o país detém na camada do pré-sal no Atlântico Sul.

3.1 – Submarinos

Primeiramente, como consequência de um acordo firmado entre o governo brasileiro e a empresa estatal francesa DCNS (Direction des Constructions Navales Services), surgiu o programa de desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) resultando na aquisição dessa tecnologia pelo governo brasileiro. Essa compra prevê a construção dos submarinos, quatro convencionais e um com propulsão nuclear. Além do Estaleiro, transferência de tecnologia, torpedos e uma base para a nova embarcação.

Os submarinos convencionais são dependentes de eventuais exposições a superfície do mar, para que os motores mantenham a carga das baterias necessárias a operações quando submerso. No mar executam tarefas de caráter ofensivo e defensivo, como os meios mais indicados para operar em águas rasas, pelo seu tamanho reduzido e baixa emissão de ruídos, além da sua versatilidade eles também podem localizar, neutralizar e destruir navios mercantes, de guerra e até submarinos inimigos.

²⁴ Estratégia Nacional de Defesa, 2012.

²⁵ Vinculado ao Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, é uma autarquia definida por meio da Portaria Normativa nº 666 de 4 de agosto de 2010 e inaugurada em 2012

²⁶ Programa de iniciativa da Marinha do Brasil, que fará seu primeiro Submarino de propulsão nuclear do Brasil.

Por suas limitações de propulsão, os submarinos operam em Zonas de Patrulhamento (ZP) estabelecidas em pontos estratégicos, onde há tráfego mercante e possivelmente pode haver a passagem das forças navais inimigas também nas proximidades dos portos e terminais. A operação dos submarinos convencionais na ZP é caracterizada como uma estratégia de posicionamento, que é a melhor forma de utilizá-los.

O propósito é conseguir maior controle da área marítima, podendo realizar tarefas específicas, como o exercício da exploração dos recursos que se encontram em suas águas jurisdicionais²⁷, além de servir como meio de transporte das forças armadas e de proteção à população de ataques navais. Dessa maneira a marinha consegue obter controle e utilizar o mar da forma que desejar.

Para o fortalecimento do poder marítimo, o Brasil conta com a aquisição do Submarino de propulsão nuclear que fornece uma ampla mobilidade estratégica, com capacidade de ocultação, fazendo com que o submarino utilize do princípio da surpresa e se reposicione de forma a flagrar o inimigo devida a sua fácil mobilidade, a qual seria prejudicada se fosse um submarino convencional que se limita a dependência de se expor eventualmente para a superfície do mar e por não conseguir manter por um longo período uma velocidade elevada. Um submarino armado com torpedos, minas e mísseis capazes de realizar ataques profundos a alvos em terra, proporcionará maior capacidade dissuasória ao Brasil.

Pensando na presença Brasileira no Atlântico Sul e na proteção do pré-sal, esse é um enorme avanço para as Forças Armadas do Brasil, um submarino com um alto grau de eficiência se comparado com os convencionais, que possibilita manter uma maior presença na região do Atlântico Sul, possuidora de riquezas inexploradas de grande potencial energético e de recursos naturais que estão submersos. É fato reconhecido que o Brasil tem posição de destaque no Atlântico Sul, graças a sua dimensão de país continental, a sua economia que o coloca atualmente entre as maiores do mundo, a capacidade de liderar processos de integração regional com base em preceitos de paz e cooperação e, especialmente, a sua efetiva e crescente presença nas suas águas jurisdicionais, com distância favorável para estendê-la junto às nações amigas do continente africano. E essa opção por uma projeção pacífica e cooperativa tem sido favorecida antes de tudo pela configuração geopolítica do país e seu entorno regional e estratégico. (WANDERLEY, 2014)

O alargamento do entorno regional e estratégico do Brasil corresponde à nova escala de interesses, oportunidades e influência de um país que se consolida enquanto potência econômica no cenário internacional, vista como uma potência em ascensão, com interesses de escala regional - crescentemente global - e que tem feito do domínio e da exploração dos recursos do mar uma das suas mais promissoras fontes de riqueza.

Como é natural, ações para a Segurança e Defesa no Atlântico Sul são prioritariamente de responsabilidade da Marinha brasileira. Contém no documento da Estratégia Nacional de Defesa²⁸ a lista dos objetivos estratégicos e táticos. São eles: “(a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; (c) prontidão para responder à qualquer ameaça, por outros Estados ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; (d) capacidade de participar de operações

²⁷ Compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de duzentas milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das duzentas milhas marítimas, onde ela ocorrer.

²⁸ Estratégia Nacional de Defesa, op. cit. p. 20. *A Marinha do Brasil: a hierarquia dos objetivos estratégicos e táticos.*

internacionais de paz externamente do território e das águas jurisdicionais brasileiras sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região”.

O desafio brasileiro de criar um modelo de vigilância no Atlântico Sul, com o adequado aparelhamento da marinha torna o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear vital para a defesa de seus interesses, sendo este o melhor veículo de vigilância do mar brasileiro. E dessa forma projetar o país como potência regional e importante ator global.

3.2 – Compra dos caças.

Além do aparelhamento da Marinha, a Força Aérea Brasileira (FAB) conseguiu uma importante aquisição para fortalecer significativamente a segurança do Brasil, a aquisição dos caças *Gripen NG* que implementará uma verdadeira revolução tática e operacional na FAB.

O Brasil assinou um contrato com a empresa SAAB sobre a aquisição de 36 caças *Gripen NG*, um acordo firmado entre Brasil-Suécia que contribuirá para a modernização da Força Aérea. Além dos 36 caças, o contrato inclui suporte logístico, compra de armamentos necessários a operação dos caças, cooperação industrial e de transferência de tecnologia, prevendo uma participação do Brasil em um projeto para produzir conjuntamente os caças.

Os caças serão utilizados pela FAB em atividades de defesa aérea, ataque e reconhecimento. Um caça equipado com radar de bordo que permitirá, com grande resolução e precisão, a designação de alvos no solo e o emprego de armamentos inteligentes, possuindo um motor de significativa potência. A nova aeronave permitirá, com facilidade, a realização de voos supersônicos em altas altitudes, o que é muito desejável para as ações de defesa aérea em ambiente de combate além do alcance visual. Além disso, os equipamentos embarcados de última geração permitirão uma melhor identificação de alvos o que garantirá um aumento da eficiência tática da FAB.

A escolha do *Gripen NG* é importante para o Brasil defender suas riquezas recém descobertas e também para região de monitoramento nas fronteiras. Essa capacidade de produzir equipamentos militares modernos é importante para o Brasil, que acaba de descobrir um lençol petrolífero no pré-sal.

Em um mundo onde a energia é estratégia e até mesmo motivos de guerra, deve haver uma chamada força de dissuasão que proteja o país de qualquer ataque de outro inimigo.

4 – Brasil como player global

4.1 – Como ascender globalmente sem gerar preocupação aos demais países da América do Sul

Na última década o Brasil se tornou um Estado reconhecido pela comunidade internacional como um pólo de poder. A atual ordem global pode ser considerada multipolar com a existência de um superpoder vindo dos EUA. Os EUA são uma potência com grande desenvolvimento tecnológico, detentora da maioria das sedes das empresas transnacionais, possui o maior PIB do globo, tem sua moeda como moeda internacional e é possuidora do exército mais poderoso.

A ordem multipolar contém diversos países que se destacam no sistema internacional, dentre eles os países emergentes são caracterizados por pertencerem à periferia e estarem passando por um período de pleno desenvolvimento, esse é dado por relações diretas de comércio com países centrais. É válido pontuar que os superávits comerciais dos emergentes se deu na maioria pela produção de produtos primários; o Brasil é reconhecido como celeiro do mundo e a Rússia depende da venda de petróleo e seus derivados. Além disso, são capazes de posicionar seus interesses na agenda internacional. O BRICS é uma representação dessa classificação.

O Estado Brasileiro e os outros emergentes se opõem à dominância norte americana por meio do *soft balancing*²⁹. Este é empregado por meio do uso de ferramentas não militares como: os métodos econômicos, diplomáticos e institucionais. Não é do interesse dos emergentes confrontar os EUA, visto que o poderio militar deste *hegemon* é incomparável. Além disso, a permanência dos EUA na posição de *hegemon* traz vantagens aos outros países pela disposição dos bens públicos³⁰, os emergentes agem como *free riders*³¹ se aproveitando dos bens dispostos pelo Estado Americano.

Para entendermos como o Brasil deve se comportar de modo a não preocupar seus vizinhos deve-se relembrar os principais conflitos interestatais brasileiros e como eles foram solucionados. Das questões de delimitação territorial (que são base a formação de um Estado), o Brasil encontrou resoluções na área da diplomacia. No início do século XX, com a relação Brasil – Estados Unidos mais estreita, a Argentina passou a questionar as intenções brasileiras para uma possível diplomacia imperialista seguindo as ideias da Doutrina Monroe na América do Sul abrindo margem ao entendimento de que o Brasil iria controlar os países sul-americanos. Percebendo uma possível articulação entre os países da região contra o Brasil, o Barão do Rio Branco procurava conquistar a simpatia das nações (principalmente Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina) de modo a neutralizar as forças delas (CERVO; BUENO, 1992).

Seguindo pelo campo da diplomacia foram resolvidas nove disputas de fronteiras³², na época da gestão Rio Branco, estabelecendo a imagem de um Brasil diplomático, capaz de resolver seus conflitos de maneira pacífica. Essa herança de diplomacia deixada pelo Barão do Rio Branco, repercute há mais de um século e ajuda o Brasil a lidar com a instabilidade dos países hispano-americanos da América do Sul.

Foi exposto anteriormente neste artigo as ameaças que circundam o Brasil e a importância de ter uma estrutura militar modernizada e capacitada a lidar com as adversidades decorrentes de um cenário internacional em constante mudança e instabilidade política, econômica e social. A partir dessas informações, cabe ao Brasil dar mais atenção ao aparato militar sem preocupar seus vizinhos.

A maneira encontrada para resolver este dilema (modernização militar *versus* reação dos países sul americanos) é através de uma consonância entre a diplomacia e política externa com a importância militar regida pelas Forças Armadas. A medida que o país precisa aumentar suas capacidades militares para lidar com as ameaças, ele precisa também saber lidar com os vizinhos de modo a não desarmonizar a ordem na América do Sul.

Parte desse processo visto como possível ameaça militar brasileira, transforma-se em apenas falácias com algumas ações adotadas pelo Brasil, como citado no capítulo 2, item 2.2, correspondente ao intercâmbio na área militar. Essa medida é de extrema relevância, pois através dela os demais países sul americanos são capazes de vivenciar o cotidiano militar brasileiro e concluir que não há uma preparação contra nenhum país vizinho e sim uma preparação para lidar com as adversidades próprias de um cenário global multilateral.

4.2 – Atuação do Brasil nas Instituições Internacionais.

²⁹ Uso de ferramentas não militares na busca de um balanço de poder mais estável.

³⁰ EUA arca com os mais altos custos na manutenção de instituições, detém obrigações em relação a defesa da ordem internacional.

³¹ Neste contexto se refere a Estados que usufruem dos bens dispostos por outros Estados, como colaboração dentro das instituições.

³² Questão Palmas com a Argentina; Amapá com a França; Guiana Inglesa e Brasil; Questão Acre: Bolívia e Brasil; Limitação da fronteira com a Colômbia (Tratado de 24 de abril de 1907); Peru (Tratado de 8 de setembro de 1909); Uruguai (Tratado de 30 de outubro de 1909); Guiana Holandesa em 1906; Equador (6 de maio de 1904); (CERVO; BUENO, 1992).

Na ordem global o Brasil exerce um papel de liderança na América do Sul, sendo detentor de grande influência internacional, exercida dentro das diversas instituições, organizações e grupos que o país é membro. O Estado Brasileiro demonstra um forte aparato diplomático por ser um país com dimensões continentais e não estar envolvido em nenhum conflito territorial com seus vizinhos. Por fim, é por meio desse elemento que o Brasil caminha lado a lado com Estados emergentes também poderosos como os BRICS (cada um com uma capacidade influente, seja regional, militar ou econômica), têm capacidade de demandar mudanças no Conselho de Segurança da ONU (Brasil possui pretensão de se tornar membro permanente) e é um Estado de grande importância nas questões comerciais globais (Exemplo: OMC – Rodada Doha)³³.

Desde a redemocratização, em 1985, o Estado Brasileiro tenta se colocar como uma liderança da sua região. Começa então, a partir deste momento, ser implementada uma série de medidas em prol de diminuir a dependência dos países sul-americanos dos EUA. A criação de instituições intergovernamentais, de tratados e acordos entre esses Estados lhes garantiu maior voz no sistema internacional, além disso, passa a ser usado o termo América do Sul para distinguir a região sul da América Latina, o que traz ao Brasil uma posição de destaque por ser dono da maior extensão territorial, maior população e maior economia³⁴.

Desde o governo Fernando Collor e depois aprofundado no governo Luiz Inácio Lula da Silva, o relacionamento com os vizinhos foi intensificado, o Brasil integra o MERCOSUL, a UNASUL e faz diversos acordos bilaterais. O que mostra a faceta de um Estado preocupado em aliar-se com a vizinhança, o bom relacionamento com a América do Sul é fundamentalmente estratégico. O Estado assume uma posição de “liderança benevolente”, assumindo certas responsabilidades nas instituições e cede a exigências dos vizinhos com muita facilidade, permitindo a existência dos *free riders*.

Mesmo com essa postura o Estado brasileiro não pode se considerar uma potência regional, pois tem como características: a falta de recursos materiais, o desinteresse em arcar com os custos (necessário a um Estado que deseja ser conhecido como potência) e a deficiência no aparato militar em comparação a outras potências globais. O Brasil detém potencial para se tornar uma potência regional, mas esse processo depende do estabelecimento desta ordem como objetivo nacional e posteriormente da realização de políticas que vão de encontro com o suprimento das características necessárias para ser potência.

Conclusão

Concluimos que, de acordo com vários pontos abordados, há uma complexidade com relação ao crescimento do poderio militar brasileiro, o qual envolve uma ascensão de influência internacional com a problemática da desconfiança dos outros atores Sul-Americanos. Portanto o Brasil, como descrito em vários pontos e várias visões, já é um ator ativo nas relações internacionais, participante em grandes e variadas instituições internacionais, tanto com os países da América do Sul quanto as de outras regiões. Sua importância militar está atualmente em ascensão, ponto mostrado com a compra de novos caças e desenvolvimento de submarinos, além de seus programas. De um modo geral, o Brasil

³³ “A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul” (BARBOSA, Rubens - 2008).

³⁴ “Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região” (SPEKTOR, MATIAS – 2010)

é um *player* importante nas relações diplomáticas e relevante no contexto regional militar, por conseguir articular, de um modo harmônico, politicamente seus vizinhos, mesmo com a expansão e desenvolvimento de novas tecnologias na área.

Referências Bibliográficas

ADVOCACY FOR HUMAN RIGHTS IN THE AMERICAS. **TRENDS IN LATIN AMERICAN MILITARY SPENDING. A conversation with SIPRI's Carina Solmirano.**

Disponível em: <http://www.wola.org/publications/trends-in-latin-american-military-spending>. Acesso em: 18 de maio. 2016.

AGUIAR, Laís B. de. A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI. Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8288/1/2014_LaisBretonesdeAguiar.pdf. Acesso em: 18 de maio. 2016.

AMAZUL. Disponível em: <https://www1.mar.mil.br/amazul/?q=ultima-fronteira>. Acesso em: 18/05/2016.

ANSELMO, Rita de Cássia. M. S. BRAY, Silvio. C. Geografia e Geopolítica na Formação Nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser, 2002. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/geografia.pdf>. Acesso em: 18 de maio. 2016

BBC BRASIL. **Mapas explicam batalha do 'EI' pela Síria e pelo Iraque.** Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141015_mapas_siria_lab. Acesso em: 17 de maio. 2016.

BONFIM, Uraci. C. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Ensino a distância, CPEAEx/EAD. Geopolítica, 2005. Disponível em: http://cp.eceme.ensino.eb.br/docs/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf. Acesso em: 18 de maio. 2016

BUZAN, B; HERRING, E. **The Arms Dynamic in World Politics**.1. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc. 1. p 325.

BUZAN, B; WÆVER, O; WILDE, J. SECURITY. A New Framework For Analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc. 5. p 239.

CENARIOMT, Disponível em: <http://www.cenariomt.com.br/noticia/524902/futuro-caca-da-fab-sera-apresentado-na-suecia.html>. Acesso em: 20 de maio. 2016.

CIA - The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/index.html>. Acesso em: 18 de maio. 2016.

COSTA, Bruno De Vizia e Gilberto. BRICS - O tempo do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China crescem mais que a média mundial e atraem investimentos externos. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=1287:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 18 de maio. 2016.

DEFESA AÉREA & NAVAL. Disponível em: <http://www.defesaaereanaaval.com.br/submarinos/>. Acesso em: 18 de maio. 2016.

FERNANDES, Ananda. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2668/3937>>. Acesso em: 18 de Mai. 2016.

G1. EUA e Rússia voltam a bombardear áreas do Estado Islâmico. Ao lado de aliados, norte-americanos fizeram 42 ataques e russos, 70. Ataque russo deixou 36 mortos, informa ONG. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/eua-e-russia-voltam-bombardear-areas-do-estado-islamico.html>>. Acesso em: 16 de Maio. 2016.

GABRIEL, Pedro Henrique. L. O Pensamento Geopolítico no Brasil: as ideias de Meira Mattos e sua influência no Exército Brasileiro. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST – UFF), 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/8311597/O_papel_de_Meira_Mattos_no_Pensamento_Geopol%C3%ADtico_Brasileiro>. Acesso em: 19 de Maio. 2016

HERZ, Monica. LAGE, Victor. C. BRICS e Questão Nuclear: Contestações e Reafirmações diante dos Mecanismos de Governança Global. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Carta internacional, 2011. Disponível em: <<http://www.cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/37>>. Acesso em: 17 de Maio. 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 18 de Mai. 2016.

ISTO É DINHEIRO. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/622/imprime151089.htm>>. Acesso em: 17/ 05/ 2016.

MARTINS, Marcos Antônio. F. A geografia científica e a geopolítica no Brasil: das vocações. Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/texto_marcos_antonio_favaro_martins.pdf>. Acesso em: 17 de Maio. 2016.

MARTINS, Marcos Antônio. F. Mario Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul. Universidade de São Paulo, escola de Artes, Ciências e Humanidades. 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/.../tde.../2011_MarcosAntonioFavaroMartins.pdf>. Acesso em: 17 de Maio. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds>>. Acesso em 16 de mai. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/14115-brasil-assina-contrato-para-aquisicao-de-36-cacas-gripen-ng>>. Acesso em: 20 de Maio. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13622-brasil-e-suecia-avancam-nas-negociacoes-para-aquisicao-dos-cacas-gripen-ng>>. Acesso em: 20 de Maio. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA. Disponível em: www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 17 de mai. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ITAMARATY. **União de Nações Sul-Americanas**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>>. Acesso em: 16 de Maio. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil e a reforma. Disponível em: <<http://csnu.itamaraty.gov.br/o-brasil-e-a-reforma>>. Acesso em: 18 de Maio. 2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>. Acesso em: 21/05/16

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: Algumas Considerações. UNICAMP, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/1756942/Geopol%C3%Adtica_do_Brasil_algumas_considera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 18 de Maio. 2016.

ONU – United Nations Peacekeeping. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em: 18 de Maio. 2016.

PODER AÉREO. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2014/10/02/gripen-ng-contrato-de-compra-de-caca-sueco-sera-assinado-este-mes/>>. Acesso em: 20 de Maio. 2016.

PODER AÉRIO, Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2014/05/13/gripen-ng-fab-refina-requisitos-do-novo-caca>>. Acesso em: 20 de Maio. 2016.

ROCHMAN, Alexandre. R. The assessment of power in international relations Doutorado no Departamento de Ciência Política da USP, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100006>. Acesso em: 19 de Maio. 2016.

RODRIGUES, Bernardo. S. O heartland sul-americano - a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul. Mestrando em Economia Política Internacional do PEPI-UFRJ, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/368/207>>. Acesso em: 18 de Maio. 2016.

RUDZIT, G; NOGAMI; O. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise: *National Security and Defense: basic concepts for an analysis*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2010, vol.53, n.1, pp.5-24. ISSN 0034-7329.

SANTOS, Danilo. O; BOVO, Marcos. C. Análise do Debate Teórico em Geopolítica e Geografia Política nos Períodos das Guerras Mundiais: Breves Considerações Sobre os Conceitos de Território, Estado e Poder, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/05-SANTOS_BOVO.pdf>. Acesso em: 17 de Mai. 2016.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **2.IS MILITARY EXPENDITURE THE SAME AS SPENDING ON ARMS?** Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/copy_of_faqs#back-to-top>. Acesso em: 16 de Abr. 2016

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *SIPRI Military Expenditure*. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/milex_database> Acesso em: 20 de Abr. 2016.

VANESSA MARTINA SILVA. **Gasto militar na América Latina aumentou 61% na última década, diz estudo.** Paraguai lidera corrida armamentista na região; despesas com armamentos lá mais do que dobraram nos últimos 5 anos. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/34858/gasto+militar+na+america+latina+aumentou+61%25+na+ultima+decada+diz+estudo.shtml>>. Acesso em: 16 de Maio. 2016.

VISENTINI, Paulo. F. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coleção eventos. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf>. Acesso em: 18 de Maio. 2016.

WANDERLEY. Messias da Costa. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia, Disponível em: <<https://confins.revues.org/9839?lang=pt>>. Acesso em: 20 de Maio. 2016.